



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

ANEXO À DELIBERAÇÃO 153/CEPE/2020

RESOLUÇÃO Nº 2/PROEXT, de 18 de setembro de 2020.

Estabelece Normas para elaboração, submissão e avaliação de proposta de “Projetos de Extensão” na UFRRJ.

O Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Geral da UFRRJ, e com base na competência delegada pela **Portaria GR nº. 400/GR, de 27 de março de 2017 e 455/GR, de 28 de março de 2017** do Magnífico Reitor, considerando a Resolução CNE/CES/MEC Nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional da Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, considerando o Regimento da **Câmara de Extensão** da PROEXT e considerando a avaliação e aprovação pela Câmara de Extensão, em reunião do dia 18 de setembro de 2020,

RESOLVE:

Capítulo I

Da Extensão Universitária e de Projetos de Extensão

Art. 1º – A extensão universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade; regida pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º - Projeto é uma ação de extensão **definida** como uma Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O projeto pode ser:

- Vinculado a um Programa (o projeto faz parte de uma nucleação de ações);
- Não-vinculado a Programa (projeto isolado)

Capítulo II

Dos Requisitos da Proposta e do Proponente

Seção I

Dos Requisitos da Proposta

Art. 3º - A proposta deve ser de caráter **exclusivo**, de natureza extensionista e compatível com



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

a área de atuação profissional do proponente, com objetivos articulados em ações a serem desenvolvidas pelos seus membros.

Art. 4º - A construção da proposta deve contemplar as **diretrizes previstas na Política Nacional de Extensão Universitária**: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

Art. 5º - As propostas devem contribuir para transformação social através do fortalecimento da institucionalização da extensão no âmbito da Universidade com a sociedade, priorizando ações de inclusão social em suas variadas dimensões, na disseminação do papel social da Universidade para população externa e na melhoria da qualidade educacional e da cultura, através de projetos que viabilizem a troca de conhecimento entre a Universidade e os órgãos educacionais externos, assim como seus cidadãos.

Art. 6º - A proposta deverá ter clara ação de extensão, com ênfase na inclusão e responsabilidade social, na melhoria da qualidade de vida, promoção de atividades culturais, artísticas e esportivas e no desenvolvimento de tecnologias aplicadas e tecnologias sociais.

Parágrafo único: Tecnologias Sociais compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na **interação com a comunidade** e que representem efetivas soluções de **transformações sociais**. As Tecnologias Sociais têm a ver com as soluções criadas na interação com a população como resposta aos **problemas** que ela enfrenta, levando em conta suas tradições, seus arranjos organizacionais, os saberes locais, o potencial natural da região, enfim, sua realidade histórica, econômica, social e cultural.

Art. 7º - A proposta não deve ter como objetivo principal o levantamento de dados, mas contemplar **ações de extensão socialmente interativas**, com incentivo a **metodologias participativas** e avaliação e divulgação dos resultados, segundo recomendações no Plano Nacional de Extensão Universitária.

Art. 8º - A proposta não deve ter caráter de projeto de evento, mas refletir e configurar projeto de extensão com ações de desenvolvimento baseadas em metodologia sólida de trabalho aplicado e com cronograma de atividades contínuas e dinâmicas ao longo dos meses de vigência.

Art. 9º - A proposta deve contemplar um ou mais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), devendo estar contida na apresentação da proposta.

Seção II

Dos Requisitos do Proponente para Submissão de Proposta



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 10 - Podem ser proponentes de Projetos de extensão: servidores **docentes e técnicos, em pleno exercício de atividades.**

Art. 11 - No caso de docentes visitantes e/ou substitutos, a duração do projeto **não pode ultrapassar o período de contrato** com a UFRRJ.

Art. 12 - O proponente deve estar com o currículo Lattes/CNPq **atualizado.**

Capítulo III
Da Submissão de Proposta

Art. 13 – O Projeto de extensão do proponente deverá ser formulado com no máximo 20 páginas, contendo obrigatoriamente e nessa ordem: título; área temática; identificação da proposta; resumo (de até 20 linhas e três palavras chaves); palavras-chave; introdução; **fundamentação teórica; justificativa e relação entre ensino-pesquisa-extensão**; público alvo; **objetivos; métodos**; metas e **resultados esperados**; acompanhamento e avaliação; cronograma; fonte de financiamento (se existir); e **referências**. O texto deverá atender à seguinte formatação: tamanho da fonte = 12; espaçamento = 1,5; e margens = 2,5 cm.

Art. 14 – O proponente deverá apresentar a proposta à sua **Unidade (Departamento)** ou à sua **Unidade administrativa superior imediata, onde deverá ser inicialmente apreciada. A partir da homologação na Unidade**, o proponente deverá submeter a proposta, exclusivamente, pela plataforma SIGAA (www.sigaa.ufrrj.br):

Para Docentes: Acessar Módulo “Portal do Docente”, menu “Extensão”, sub-menu “Ações de Extensão” → “Submissão de Propostas” → “Submeter Propostas” → “Submeter Nova Proposta”, selecionar “Projeto”

Para Técnicos administrativos: “Módulos > Extensão > Ações de Extensão > Submissões de Propostas > Submeter Proposta > Submeter Nova Proposta > Projeto”.

O proponente deverá preencher a proposta no sistema através do material constante no projeto (Art. 13), preenchendo ainda os dados dos membros da Equipe de extensão (Docentes, Técnicos, Discentes e Participantes externos). Também, cadastrará as atividades relacionadas aos participantes responsáveis pela execução e anexará os seguintes documentos:

- a) - Proposta do Projeto de extensão em formato PDF;
- b) - Declaração de viabilidade de execução do projeto (em formato PDF), de acordo com o Anexo II.
- c) - Formulário do Plano de trabalho detalhado de cada membro do projeto, segundo modelos disponíveis na página da PROEXT/UFRRJ;



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 15 - As propostas de extensão deverão ser **homologadas no SIGAA através de autorização pelas instâncias acadêmicas e/ou administrativas** (chefias imediatas do proponente).

Art. 16 - Em caso de proposta que configure solicitação de renovação de projetos, o proponente deverá justificar a ação continuada do mesmo e sua efetividade de ação dentro do tópico “justificativa e relação entre ensino-pesquisa-extensão” que compõe a elaboração da proposta (Art. 13) e apresentar comprovante de envio dos resultados do projeto à Comissão de Extensão da Unidade (Instituto).

Capítulo IV
Dos Critérios de Avaliação das Propostas

Art. 17 - A Comissão de Extensão de cada Unidade designará membros da Comissão para Análise e Julgamento das propostas.

Parágrafo Único: Cada proposta será submetida a 02 (dois) avaliadores. Caso haja discrepância igual ou superior a 30% nas notas atribuídas, será consultado um terceiro avaliador.

Art. 18 - As propostas serão analisadas e julgadas conforme dois componentes de avaliação: 1- **(RP) Relevância do projeto** para o desenvolvimento e disseminação de ações de extensão universitária interventivas, determinada através da sua interdisciplinaridade, do seu alcance e impacto social na relação participativa da comunidade interna e externa, e do grau de participação do discente a ser bolsista no projeto em contribuição para sua formação universitária; 2- **(PE) Projeto de Extensão** apresentado, conforme Artigo 13. A Relevância do projeto (RP) e Projeto de Extensão (PE) serão pontuados de acordo com os itens da **Tabela 1 (Anexo I)**.

A **Nota Final (NF)** da proposta será calculada pela expressão **$NF = 0,5 (RP) + 0,5 (PE)$** , devendo o projeto obter a nota 7,0 (sete) para aprovação.

Art. 19 - Da avaliação cabe recurso, sendo este apresentado com detalhamento, em texto com no máximo 2.000 caracteres (contando os espaços). Cada recurso será encaminhado, para apreciação e julgamento, à Comissão de Extensão do Instituto de origem da proposta. A decisão tomada será considerada final e soberana, de acordo com o regimento que normatiza as ações da Câmara de Extensão/PROEXT.

Art. 20 – Propostas de Projetos que ocorram em uma Unidade ou Departamento, não possuam parcerias externas, e se utilizem de espaços e recursos institucionais de sua Unidade, serão apreciadas no Departamento. Em seguida, o proponente cadastra a proposta no SIGAA conforme Art. 14, devendo a mesma ser homologada pela Chefia imediata. A seguir, a



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

proposta é enviada à Comissão de Extensão de cada Unidade, homologada pelo CONSUNI e encaminhada à PROEXT para registro e credenciamento, quando correspondentes à área de conhecimento da Unidade ou Departamento proponente.

Art. 21 - Propostas de Projetos interdepartamentais e/ou que possuam parcerias externas, e/ou utilizem de espaços e recursos institucionais fora de sua unidade, serão apreciadas pelo Departamento de origem. Após sua aprovação, a proposta será cadastrada no SIGAA e deverá ser homologada pela Chefia imediata. Em seguida, a proposta segue para avaliação da Comissão de Extensão de cada Unidade e CEPEA da área principal de conhecimento do objeto do projeto e encaminhadas à Câmara para aprovação, registro e credenciamento.

Art. 22 - Propostas de projetos que envolvam particularidades na construção de equipe/unidades/áreas de conhecimento não previstas acima, terão seu fluxo de análise e acompanhamento nas instâncias de competências definidas de acordo com o Regimento da Câmara de Extensão/PROEXT.

Art. 23 - Caso haja previsão de utilização de recursos financeiros no desenvolvimento do projeto ou em qualquer ação ligada ao mesmo, a proposta deverá seguir os trâmites dispostos nos Artigos de 20 e 21, ser aprovada pela Câmara, e seguirá ao CEPE para apreciação.

Capítulo V

Das Obrigações do Coordenador do Projeto (Proponente)

Art. 24 - Manter vínculo formal com a UFRRJ durante todo período do projeto, não podendo estar afastado da Instituição durante o período de sua realização. Em caso de afastamento/aposentadoria deverá comunicar e indicar um novo coordenador da equipe mais apto a substituí-lo.

Art. 25 - Apresentar o Formulário da Equipe de trabalho e PLANO DE TRABALHO detalhado de cada membro do projeto.

Art. 26 - Entregar relatório parcial e final de atividades do projeto, conforme formulário padrão do SIGAA módulo extensão, em prazos estabelecidos pela PROEXT, amplamente divulgados.

Capítulo VI

Dos relatórios de Avaliação

Art. 27 - Os coordenadores de Projetos que ocorram em um só departamento, não possuam parcerias externas, e se utilizem de espaços e recursos institucionais de sua unidade, deverão encaminhar à Comissão de Extensão de sua Unidade seus relatórios em até 30 dias após finalização dos mesmos.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

- I. Os relatórios de Projetos apreciados poderão ser Aprovados, Aprovados com ajuste ou Reprovados;
- II. A Comissão de Extensão poderá ou não solicitar apoio de outros membros da Câmara de Extensão para apreciação do relatório.
- III. Após aprovação do relatório dos projetos, caberá ao Departamento de Programas e Projetos a validação para emissão e certificados.

Art. 28 - Os coordenadores dos Projetos interdepartamentais e/ou que possuam parcerias externas, e/ou utilizem de espaços e recursos institucionais fora de sua unidade, deverão encaminhar seus relatórios à Comissão de extensão de suas Unidades, conforme prazos estabelecidos pela Câmara no parecer de avaliação.

- I. Os relatórios de Projetos apreciados poderão ser Aprovados, Aprovados com ajuste ou Reprovados;
- II. A Comissão de Extensão nas Unidades deverá solicitar a participação de membros da Câmara de Extensão e externos à sua unidade, para apreciação do relatório;
- III. Após aprovação do relatório, caberá ao Departamento de Programas e Projetos a validação para emissão e certificados.

Art. 29 – Os coordenadores de Projetos que envolvem recursos financeiros (Art. 22) deverão encaminhar relatórios à Comissão de extensão de suas Unidades, conforme prazos estabelecidos pela Câmara no parecer de avaliação.

- I. Os relatórios de Projetos apreciados poderão ser Aprovados, Aprovados com ajuste ou Reprovados;
- II. A Comissão de Extensão nas Unidades deverá solicitar a participação de membros da Câmara de Extensão e externos à sua unidade, para apreciação do relatório;
- III. Após aprovação do relatório, caberá ao Departamento de Programas e Projetos a validação para emissão e certificados.

Art. 30 – Os Projetos que envolvem recursos financeiros (Art. 22) deverão ser devidamente instruídos da prestação de contas e serão enviados pela PROEXT ao CEPE e ao CONCUR para apreciação.

Art. 31 – Os Projetos que envolvem recursos financeiros via Contratos/convênios com a Fundação de Apoio (FAPUR) deverão ser devidamente instruídos via Departamento de Relações Comunitárias e Institucionais (DRCI) da PROEXT.

Capítulo VII
Das Obrigações da Comissão de Extensão nas Unidades



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 32 – A Comissão de Extensão das Unidades deverão ser estabelecidas de acordo com o Capítulo IV (Artigos 54 a 59) da Resolução PROEXT Nº 3, de 16 de maio de 2019. (Deliberação CEPE nº 91 de 11/09/2019)

Art. 33 – O Artigo 60 da Resolução PROEXT Nº 3 (Deliberação Nº 91/CEPE) estabelece as funções do Presidente da Comissão de Extensão das Unidades.

Capítulo VIII
Das Disposições Gerais

Art. 34 - O coordenador da proposta declara que atende e aceita as normas desta Resolução.

Art. 35 - O coordenador declara ter ciência de que pode desenvolver o projeto sem aportes de recursos pela UFRRJ para a cobertura de despesas, de qualquer natureza, necessárias à execução do projeto, inclusive as despesas de transporte, alimentação ou hospedagem da equipe.

Art. 36 - Caso o Projeto envolva a utilização de animais vertebrados vivos, conforme previsto na lei de número 11.794 de 08 de outubro de 2008 e suas normatizações, deverá ser apresentado no momento da submissão, documento que comprove que foi encaminhado para a apreciação de uma das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUA) da UFRRJ.

Art. 37 - Quando pertinente, para Projeto que envolva a utilização de seres humanos, deverá ser apresentado no momento da submissão, documento que comprove que foi encaminhado para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)/PROPPG ou da CONEP/Plataforma Brasil.

Art. 38 – Referente aos Artigos 36 e 37, nenhum Projeto poderá ser iniciado sem autorização de uma CEUA ou do CEP. Por ocasião do envio do relatório final deverá ser anexado o certificado da CEUA ou do CEP comprovando que o projeto foi autorizado.

Art. 39 - Caso o Projeto envolva acesso ao patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado, como previsto na Lei 13.123 de 20 de maio de 2015, este deve ser cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (Sisgen) segundo suas normatizações, previamente às seguintes ações:

- a) Remessa de material;
- b) Requerimento de qualquer direito de propriedade intelectual;
- c) Divulgação dos resultados, finais ou parciais, em meios científicos ou de comunicação;
- d) Notificação de produto acabado ou material reprodutivo.

Parágrafo único: O comprovante do cadastro pode ser anexado no momento da submissão ou no relatório final.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 40 Caberá à Câmara de Extensão/PROEXT o gerenciamento das avaliações e julgamento de dúvidas e casos omissos.

Seropédica, RJ, 18 de setembro de 2020.

RESOLUÇÃO Nº 2/PROEXT, de 18 de setembro de 2020.

ANEXO I

TABELA 1: Critérios de pontuação para os componentes de avaliação “Relevância do Projeto” (RP) e “Projeto de Extensão” (PE).

Componentes de Avaliação	Itens de pontuação	Pontuação	Nota Máxima
Relevância do Projeto (RP)	Pertinência e transformação social	1,0	10,0
	Envolvimento efetivo com a população externa/ Dimensão de público atingido e beneficiado	2,0	
	Articulação do projeto com disciplinas da Graduação e Pós-graduação, ministradas pelo coordenador do projeto ou por membros da equipe executora	1,0	
	Atuação do projeto na Educação Básica	1,0	
	Interdisciplinaridade	1,0	
	Atuação adequada e representativa do bolsista/aluno (planejamento de ação)	2,0	
	Aplicabilidade de produtos para o desenvolvimento tecnológico ou social	2,0	
Projeto de Extensão (PE)	Vinculação do tema com a área de atuação do proponente e seu Currículo Lattes	1,0	10,0
	Contextualização e	1,5	



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

	justificativa		
	Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	1,0	
	Exequibilidade e autonomia	1,5	
	Compreensibilidade e coerência dos objetivos em associação com adequação metodológica	1,5	
	Parcerias externas com Instituições, órgãos, ou outros segmentos sociais	1,5	
	Viabilidade de acompanhamento e avaliação em perspectiva com as metas estabelecidas	1,0	
	Viabilidade do cronograma	1,0	

RESOLUÇÃO Nº 2/PROEXT, de 18 de setembro de 2020.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaro que, como coordenador(a) do projeto intitulado (“nome do projeto”), o reconheço como financeiramente viável e estou ciente que não haverá recursos incluídos pela PROEXT para a manutenção do Projeto.

Data ____/____/____.

Assinatura:_____.

(Coordenador(a) do Projeto)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS